

No título: Morro de Castelo Branco, Reserva Natural na Ilha do Faial

Nota: Localizada na freguesia de Castelo Branco, esta Reserva Natural abrange cerca de 16 hectares e tem o seu ponto mais alto a 149 metros. O Morro de Castelo Branco está associado ao vulcão central da Caldeira do Faial e forma uma península, unida à ilha por um istmo. Trata-se de um domo traquítico, cujas lavas, de elevada viscosidade, não fluíram facilmente e acumularam-se sobre a boca emissora, formando esta estrutura em forma de cúpula. O domo exibe arribas rochosas verticais, afetadas pela erosão marinha, e a rocha traquítica apresenta-se muito alterada, daí a típica coloração esbranquiçada e o nome de Castelo Branco.

É um habitat de nidificação de aves com estatuto de proteção, nomeadamente das espécies cagarro (Calonectris borealis), que entre os meses de março e outubro se fixa nestas paragens, frulho (Puffinus Iherminieri baroli) e garajau-comum (Sterna hirundo). É local de avistamento de fauna marinha protegida como o golfinho-comum (Delphinus delphis), o roaz (Tursiops truncatus) e a tartaruga-boba (Caretta caretta). Da flora existente destaca-se a espécie endémica urze (Erica azorica).

Através do trilho Rumo ao Morro de Castelo Branco (PRC05FAI) é possível aceder ao domo traquítico com o mesmo nome. Esta área integra a Zona Especial de Conservação (ZEC) do Morro de Castelo Branco no âmbito da Rede Natura 2000 e uma Área Importante para as Aves e Biodiversidade (IBA – Important Bird and Biodiversity Area) da organização BirdLife International, e está classificada como um geossítio do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO.

Créditos: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Destaques



Conclusões do Conselho Europeu de 20 e 21 de outubro

Comissão Europeia adota Programa de Trabalho para 2023

Até 40 mil milhões de euros para ajudar PMEs e famílias a combater a subida dos preços da energia e da inflação

UE financia 49 projetos de investigação espacial com quase 200 milhões de euros

Lançado Painel de avaliação do turismo na UE

Eurodeputados apelam ao G20 para que aumente os objetivos climáticos

Corredor de Energia Verde ligará Portugal, Espanha e França transportando hidrogénio e outros gases renováveis



Até 24 de outubro



Saúde dos solos - proteção, gestão sustentável e recuperação dos solos da UE

Está aberto até ao dia 24 de outubro um período de consulta pública dedicado à "Saúde dos solos – proteção, gestão sustentável e recuperação dos solos da UE". A Comissão Europeia refere que «os solos são essenciais para a alimentação, a natureza e a economia, pelo que merecem o mesmo nível de proteção que a água, o ar ou o meio marinho. A proposta de ato legislativo sobre a saúde dos solos, anunciada na Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030, visa: definir as condições adequadas à saúde dos solos; determinar opções para a monitorização dos solos; estabelecer regras conducentes à utilização sustentável e à recuperação dos solos».

A Comissão Europeia prevê publicar uma nova proposta de diretiva relativa aos solos no segundo trimestre de 2023. Esta nova proposta terá em consideração os contributos recebidos.



Conselho (Ambiente)

Os ministros do Ambiente <u>procurarão</u> aprovar dois conjuntos de conclusões do Conselho que servirão como mandato geral de negociação da UE na 27.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27) e na 15.ª Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP 15). Ademais, os ministros realizarão dois debates de orientação. O primeiro debate incidirá sobre as propostas de revisão da Diretiva Emissões Industriais e da Diretiva Aterros. O segundo debate abordará a proposta de renovação do Regulamento Conceção Ecológica relativo aos requisitos de conceção ecológica dos produtos sustentáveis.

No âmbito da rubrica "Diversos", a Presidência informará os ministros sobre a Diretiva Criminalidade Ambiental. A Presidência e a Comissão darão informações atualizadas aos ministros sobre as principais reuniões internacionais recentes. A Presidência informará os ministros da Conferência sobre o tema "Conceção de paisagens resilientes às alterações climáticas".

O Conselho adotará formalmente o regulamento relativo aos poluentes orgânicos persistentes no início da reunião. Durante o almoço, os ministros realizarão um debate informal sobre as perspetivas da OCDE em relação à aplicação do Pacto Ecológico Europeu e sobre a atual crise energética na Europa, na presença de Jo Tyndall, diretora do Ambiente na OCDE.

Poderá acompanhar aqui os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

24 a 26 de outubro



Segundo Fórum das Partes Interessadas do Observatório dos Solos da UE

O <u>Segundo Fórum das Partes Interessadas do Observatório dos Solos da UE (EUSO)</u> decorrerá totalmente em linha. É uma oportunidade para o EUSO atualizar conhecimentos e abordar diversas temáticas, incluindo: os últimos desenvolvimentos na política dos solos, o estado da ciência dos solos, novos projetos de investigação e em curso sobre os solos, bem como métodos para avaliar a saúde dos solos na UE. Inscrições <u>aqui</u>.

24 a 30 de outubro



Parlamento Europeu realiza a sua terceira Semana Europeia da Igualdade de Género

As comissões e delegações do Parlamento Europeu <u>realizarão</u> uma série de debates e audições públicas sobre questões de igualdade de género. Várias comissões e delegações parlamentares debaterão questões de igualdade entre homens e mulheres nas suas respetivas áreas políticas.

Serão organizados vários eventos, incluindo uma audição na terça-feira de manhã na Comissão dos Assuntos Externos sobre o Afeganistão e as consequências para a região da tomada do poder pelos Talibãs. A Comissão do Comércio Internacional irá debater o comércio e o género na terça-feira à tarde, enquanto a Comissão dos Assuntos Constitucionais irá realizar uma audição na quarta-feira de manhã sobre a forma de alterar os tratados da UE para alcançar uma maior igualdade de género na UE. Na quinta-feira, as comissões do Ambiente e das Liberdades Cívicas debaterão a despatologização dos transexuais e não-binários. Também na quinta-feira, a Comissão da Indústria, Investigação e Energia irá discutir as desigualdades de género no setor da energia.

Até 25 de outubro

Começa a 11 de outubro fase de candidaturas para 35 mil passes ferroviários gratuitos para os jovens descobrirem a Europa

A próxima fase de candidaturas para o <u>DiscoverEU</u> terá início na terça-feira, 11 de outubro, às 11h00 (hora de Portugal Continental), e terminará na terça-feira, 25 de outubro, à mesma hora. Pela segunda vez este ano, 35 mil jovens receberão um passe ferroviário para explorar a Europa e a sua rica cultura. As candidaturas estão abertas a jovens dos países do programa <u>Erasmus+</u>, onde também se incluem a Islândia, o Listenstaine, a Macedónia do Norte, a Noruega, a Sérvia e a Turquia.

Para concorrer a um passe de viagem, os jovens podem candidatar-se no <u>Portal Europeu da Juventude</u>, onde terão de responder a cinco perguntas e a uma pergunta suplementar. Os candidatos que tenham dado as respostas corretas no questionário de seleção e que tenham nascido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2004 poderão viajar na Europa por um período máximo de 30 dias entre 1 de março de 2023 a 29 de fevereiro de 2024. Os que completarem 18 anos no primeiro semestre do próximo ano poderão candidatar-se na ronda de março de 2023.

Com esta segunda ronda deste ano, graças ao aumento do orçamento no âmbito do Ano Europeu da Juventude, serão disponibilizados, no total, 70 mil passes de viagem em 2022. Além disso, os beneficiários continuarão a beneficiar de um <u>cartão de desconto</u> com mais de 40 mil possibilidades de desconto em transportes públicos, atividades culturais, alojamento, alimentação, desporto e outros serviços disponíveis nos países elegíveis. Poderão também aderir aos <u>encontros DiscoverEU</u>, uma iniciativa lançada no verão de 2022, que consiste num programa cultural estimulante de um a três dias nos países do programa Erasmus+.



Aberto período de candidaturas a viagens de comboio gratuitas

O convite está <u>aberto</u> a candidatos dos países do programa Erasmus+, desde as 12h00 do passado dia 10 até às 12h00 de 25 de outubro. Para obter um passe de viagem, os jovens são convidados a candidatar-se no <u>Portal Europeu da Juventude</u> e a responder a cinco perguntas, bem como a uma pergunta adicional. Os candidatos nascidos entre 1 de julho de 2003 e 31 de dezembro de 2004 que tenham preenchido com êxito o questionário de seleção poderão viajar na Europa durante um período máximo de 30 dias entre 1 de março de 2023 e 29 de fevereiro de 2024.



Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

Os ministros da Energia da UE <u>procurarão</u> chegar a uma orientação geral sobre a proposta de diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios. Os ministros realizarão um debate de orientação sobre o pacote do gás, que inclui uma proposta de diretiva e uma proposta de regulamento relativos a regras comuns para os mercados internos do gás natural e gases renováveis e do hidrogénio.

Estas propostas fazem parte do pacote "Objetivo 55", composto por medidas que visam colocar a UE na via da neutralidade climática até 2050. No âmbito da rubrica "Diversos", a Lituânia prestará informações sobre a importância de garantir a segurança nuclear na central nuclear bielorrussa de Ostrovets, de acordo com os níveis de segurança reconhecidos pela UE.





Conferência internacional de peritos sobre a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia

A Comissão Europeia e a Presidência alemã do G7, em estreita coordenação com o Governo da Ucrânia, coorganizarão uma conferência internacional de peritos sobre a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia, em Berlim, a 25 de outubro de 2022.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o chanceler federal alemão, Olaf Scholz, abrirão a conferência. O discurso principal será proferido pelo presidente ucraniano, Volodymyr Zelenskyy. A conferência reunirá peritos de renome, académicos e representantes de organizações internacionais, grupos de reflexão, o setor privado e a sociedade civil. Contribuirão para o debate em curso sobre a reconstrução da Ucrânia e formularão recomendações para o futuro. Os trabalhos da Conferência refletir-se-ão igualmente nos esforços internacionais em curso para apoiar o país. Mais informações <u>aqui</u>.

27 e 28 de outubro





Fórum relativo à Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono

A <u>segunda reunião</u> plenária do fórum de consulta das partes interessadas que trata da captura, utilização e armazenamento de carbono (*CCUS Forum*) terá lugar a 27 e 28 de outubro de 2022 em Oslo, Noruega. O ministério norueguês do Petróleo e da Energia será o coanfitrião do evento.

O fórum foi concebido para envolver representantes das instituições da UE, da UE e de países terceiros, ONG, líderes empresariais e académicos para facilitar a utilização das tecnologias CCUS. A comissária europeia para a Energia Kadri Simson abrirá o fórum com um discurso sobre a visão estratégica sobre captura e armazenamento de carbono (CCS) e captura e utilização de carbono (CCU). Após a edição online no ano passado, a sessão plenária deste ano será coorganizada pela Noruega e realizar-se-á em modo híbrido a partir de Oslo. Inscrições aqui.

28 de outubro



Cimeira sobre Investimento Sustentável da UE

Dada a natureza global deste desafio, a Cimeira sobre Investimento Sustentável da UE, o evento anual da Comissão Europeia sobre investimento sustentável, reúne decisores e partes interessadas para discutir questões e desafios-chave. A primeira edição decorreu em 2021, no seguimento da adoção do Pacto Ecológico, que estabelece o objetivo da Europa se tornar o primeiro continente neutro em termos climáticos até 2050, e incorpora o Plano Europeu de Investimento para desbloquear investimentos e financiamentos que sustentam este esforço.

Building Tomorrow, a segunda edição da Cimeira de Investimento Sustentável da UE, será uma oportunidade de acelerar a transição para a neutralidade climática. À luz da agressão da Rússia à Ucrânia, o <u>Plano REPowerEU</u> da Comissão traçará um rumo a seguir para reduzir rapidamente a dependência dos combustíveis fósseis russos e acelerar a transição verde, aumentando ao mesmo tempo a resiliência do sistema energético a nível da UE. O programa e o registo estão disponíveis nesta <u>ligação</u>.

Até 2 de novembro





Política energética da UE — reformulação do Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas

O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas (Plano SET) <u>visa</u> impulsionar a transição para um sistema energético com impacto neutro no clima através do desenvolvimento de tecnologias hipocarbónicas. Esta iniciativa visa alinhar o Plano SET com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu através das seguintes medidas: renovação dos objetivos e metas políticos para o desenvolvimento de soluções inovadoras no domínio das energias limpas e preparação da respetiva implantação; congregação de recursos de investigação e inovação nacionais e europeus. A comunicação resultante desta iniciativa será publicada no primeiro trimestre de 2023.

6 a 18 de novembro



Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27)

A realização da <u>COP27</u>, na cidade egípcia de Sharm El-Sheikh, marca o <u>30º aniversário da adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas</u>. Nos trinta anos que se seguiram, o mundo <u>percorreu</u> um longo caminho na luta contra a intensificação das alterações climáticas e dos seus impactos negativos no nosso planeta. Os participantes

governamentais procurarão acelerar a ação climática global através da redução das emissões, da intensificação dos esforços de adaptação e do aumento dos fluxos de financiamento adequados, reconhecendo que a "transição justa" continua a ser uma prioridade para os países em desenvolvimento em todo o mundo.

8 de novembro



CANADA-EUROPE CONOMIC CHAMBER | EU Cimeira Empresarial UE-Canadá 2022

A <u>Cimeira Empresarial UE-Canadá 2022</u> é um evento de um dia realizado uma vez por ano em Bruxelas, que reúne centenas de decisores políticos e empresariais do Canadá, da UE e do mundo.

A UE e o Canadá têm uma história comum, valores comuns, um compromisso de preservar e promover a ordem internacional baseada em regras e têm ambições comuns para o futuro como a colaboração no comércio, alterações climáticas, tecnologia, questões de segurança, direitos humanos, e outros. Inscrições aqui.

14 a 17 de novembro



Semana Internacional da Segurança dos Produtos

É necessária uma estreita cooperação internacional para garantir a segurança dos produtos - não importa onde são fabricados ou se são vendidos em linha ou através dos canais tradicionais. É por isso que de dois em dois anos, desde 2006, a Direção-Geral da Justiça e dos Consumidores da Comissão Europeia traz especialistas em segurança de todo o mundo para a Semana Internacional da Segurança dos Produtos.

O <u>evento</u> deste ano centrar-se-á em "Novos horizontes para a segurança dos produtos", e poderá ser acompanhado remotamente. Incluirá sessões sobre novas tendências no comércio eletrónico e como a vigilância do mercado se pode ajustar para acompanhar estas mudanças. Também fará um balanço dos últimos desenvolvimentos em matéria de novas tecnologias, tanto em termos de novos riscos que representam quando aplicados a produtos de consumo como de oportunidades que criam para uma aplicação mais eficaz da segurança dos produtos. O papel da juventude, da sociedade e das mulheres na segurança dos produtos será também discutido, incluindo seminários organizados com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O prazo para as inscrições <u>encerra</u> a 28 de outubro.

Até 15 de novembro



Convite à apresentação de informações: Corpo Europeu de Solidariedade — avaliação dos programas

O Corpo Europeu de Solidariedade é o programa da UE que permite aos jovens participarem em projetos que beneficiam as comunidades, muitas vezes através do voluntariado, quer no estrangeiro quer no próprio país. Até 31 de dezembro de 2024, esta iniciativa avaliará os programas atuais e anteriores: uma avaliação intercalar do programa no período 2021-2027; uma avaliação final do programa no período 2018-2020. O objetivo é avaliar se o Corpo Europeu de Solidariedade funciona como previsto, incluindo as medidas relativas à inclusão que foram introduzidas. O período de carregamento de comentários termina a 15 de novembro.

16 de novembro



8ª conferência anual da UE sobre os instrumentos financeiros do FEADER

A Comissão Europeia - Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG AGRI) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) estão a organizar a 8ª conferência anual da UE sobre os instrumentos financeiros do FEADER "Para uma agricultura mais resistente e sustentável", que terá lugar na quarta-feira, 16 de novembro de 2022, das 9.15 às 16.30 (CET), em Praga e em linha.

16 e 17 de novembro





Fórum Europeu de Emprego e Direitos Sociais

A Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da Comissão Europeia vai organizar o seu primeiro evento anual emblemático em Bruxelas, o Fórum Europeu do Emprego e dos Direitos Sociais.

O Fórum será um ponto de encontro único para os agentes e decisores políticos debaterem questões atuais em torno do emprego e dos assuntos sociais europeus.

O Fórum decorrerá em formato híbrido, podendo proceder ao registo para a sua participação aqui.

Até 17 de novembro





Silvicultura: novo quadro da UE para a monitorização florestal e planos estratégicos

O objetivo desta iniciativa é desenvolver um quadro de observação florestal à escala da UE, tendo em vista proporcionar um acesso livre a informações pormenorizadas, precisas, regulares e atempadas sobre o estado e a gestão das florestas europeias, bem como sobre os numerosos produtos e serviços ecossistémicos que as florestas fornecem.

Estas informações servirão para tomar decisões assentes em dados sobre as florestas. Com esta medida, pretende-se fomentar a confiança do público na gestão florestal, fazer diminuir a exploração madeireira ilegal, incentivar e recompensar uma gestão florestal mais sustentável e apoiar a adaptação das florestas às alterações climáticas. A consulta pública estará a decorrer até ao dia 17 de novembro. Todas as partes interessadas poderão avançar com as suas posições <u>aqui</u>. A proposta de regulamento será publicada no segundo trimestre de 2023.

Até 21 de novembro



Salvaguarda da liberdade dos meios de comunicação social na UE: novas regras

Os recentes acontecimentos em países da UE relativos à propriedade, gestão ou funcionamento de determinados órgãos de comunicação social indicam uma crescente ingerência neste setor. A presente iniciativa visa garantir um melhor funcionamento do mercado dos meios de comunicação social da UE mediante o reforço da segurança jurídica e a eliminação dos obstáculos ao mercado interno. As regras estabelecem um mecanismo para promover a transparência, a independência e a responsabilização por medidas que afetem os mercados dos meios de comunicação social, a liberdade e o pluralismo na UE.

A Comissão Europeia <u>convida</u> todas as partes interessadas a carregarem os seus contributos relativos à proposta de regulamento até ao próximo dia 21 de novembro.



Atribuição de faixas horárias nos aeroportos da UE — revisão das regras

O Regulamento Faixas Horárias estabelece regras da UE para garantir que, quando a capacidade aeroportuária é escassa, as faixas horárias disponíveis para aterragem e descolagem sejam utilizadas com eficiência e distribuídas de forma justa, não discriminatória e transparente.

Esta revisão visa: utilizar a capacidade aeroportuária de forma mais eficiente; tornar o sistema de atribuição mais reativo e resiliente em contexto de crise; ter em conta outras prioridades políticas, como a descarbonização, a conectividade de qualidade ou a intermodalidade (integração entre sistemas de transporte).

A proposta de regulamento deverá ser publicada no terceiro trimestre de 2023, sendo que os contributos no âmbito desta consulta pública deverão ser carregados até ao dia 21 de novembro.

24 de novembro



14º Fórum dos Cidadãos para a Energia

O <u>14º Fórum dos Cidadãos para a Energia</u> terá lugar em Dublin, Irlanda. Grupos de interesse, ONG, empresas e decisores políticos (ministérios e reguladores) darão o seu contributo sobre questões de consumo de energia na atual crise energética. Em comparação com as edições anteriores, este fórum caracterizar-se-á por um maior enfoque no cidadão, fazendo um balanço das ações dos indivíduos e atores locais para ajudar os cidadãos a prepararem-se para o difícil Inverno que se avizinha, e considerando o que pode ser feito ainda mais quando o Inverno começar. O fórum centrar-se-á nos consumidores de rendimentos médios e baixos e nas soluções a que estes possam ter acesso. O fórum será transmitido em direto pela Internet. Inscrições disponíveis aqui.



A agricultura tem talento! Educação e formação vocacional para uma agricultura em transição

Este <u>evento</u> reunirá professores, estudantes, outros formadores e outros atores da UE e a nível nacional para realçar o papel que o ensino e a formação profissional podem desempenhar na criação de um setor agrícola que esteja pronto para a transição verde

e digital. Este evento será transmitido em linha. A ligação para a transmissão em direto estará disponível mais perto da data. Inscrições aqui.

Até 1 de dezembro





Saúde e segurança no trabalho — proteção dos trabalhadores contra a exposição ao amianto

Esta iniciativa visa melhorar a saúde e a segurança dos trabalhadores, graças à revisão da Diretiva 2009/148/CE relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho. A atualização tem em conta os mais recentes progressos científicos e técnicos. O período de apresentação de comentários será encerrado a 1 de dezembro de 2022.

5 de dezembro





Dia Mundial dos Solos

No dia 5 de dezembro celebra-se o Dia Mundial dos Solos das Nações Unidas. A temática deste ano, "Solos, onde os alimentos começam" destaca o valor dos solos para a produção de alimentos, melhor nutrição, e dietas saudáveis.

Os solos são compostos por organismos, minerais e matéria orgânica que fornecem alimentos aos seres humanos e animais através do crescimento das plantas. Segundo as Nações Unidas «tal como nós, os solos precisam de uma alimentação equilibrada e variada de nutrientes em quantidades adequadas para serem saudáveis. Quando as culturas são colhidas, os nutrientes são removidos do solo. Os solos deficitários em nutrientes produzem plantas subnutridas, causando fome a mais de 2 mil milhões de pessoas em todo o mundo.».

Até 7 de dezembro



Viajar — melhor proteção dos passageiros e dos seus direitos

Uma mobilidade justa também significa a proteção dos passageiros e dos seus direitos, como salientado na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão. A Comissão irá rever o quadro regulamentar em matéria de direitos de passageiros, incluindo para assegurar a sua resiliência a grandes perturbações nas viagens, e incluindo opções para bilhetes multimodais.

Avaliará as opções e proporá, se for caso disso, um regime de proteção financeira adequado para proteger os passageiros contra o risco de crise de liquidez ou de insolvência relativamente ao reembolso de bilhetes e, se necessário, ao repatriamento. A proposta de regulamento que resultará desta iniciativa deverá ser publicada no segundo trimestre de 2023. Todas as partes interessadas deverão submeter os seus contributos aqui.

8 e 9 de dezembro







A conferência EU Agricultural Outlook é o evento anual de intercâmbio entre as partes interessadas sobre as perspetivas económicas agrícolas. Inclui a discussão do quadro político e considerações sobre as incertezas em torno da evolução do mercado nos próximos 10 anos.

Através de intervenções de altos representantes das instituições da UE e organizações internacionais, e de painéis de discussão, este evento orientado para o futuro reúne agricultores, peritos agroalimentares e outros atores rurais para discutir questões atuais, para além de examinar perspetivas a médio prazo para os mercados agrícolas, tendo como horizonte o ano de 2032.

Até 14 de dezembro





Ano Europeu das Competências 2023

A Comissão Europeia abriu um período para apresentação de comentários em relação à proposta de Decisão de tornar o ano de 2023 o ano europeu dedicado às competências. Está, assim, aberto período mínimo de 8 semanas para apresentar comentários sobre este ato. Todos os comentários recebidos serão coligidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Até 16 de dezembro

Conceção ecológica — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel que os produtos fotovoltaicos deverão desempenhar na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos recém-instalados na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a avaliar a necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos. O novo regulamento deverá ser adotado pela Comissão Europeia no segundo trimestre de 2023.

Etiquetagem energética — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel previsto para os produtos fotovoltaicos na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos a instalar na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a avaliar a necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos.

Até 21 de dezembro



Defesa do consumidor — reforço da cooperação em matéria de aplicação da legislação

A digitalização dos mercados de consumo e os novos modelos empresariais colocam novos desafios à aplicação da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor. As autoridades de defesa do consumidor e a Comissão devem cooperar estreitamente para combater de forma eficaz as práticas comerciais além-fronteiras não conformes. É fundamental dar uma resposta flexível, desencorajante, eficaz em termos de custos e rápida, em especial se as infrações forem generalizadas ou afetarem setores inteiros.

A presente iniciativa introduz alterações específicas ao Regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor com vista a responder a estas questões. Todas as partes interessadas poderão contribuir para esta consulta pública ao carregarem os seus contributos até ao dia 21 de dezembro. A proposta de regulamento deverá ser adotada pela Comissão Europeia no primeiro semestre de 2023.

Até 10 de janeiro



Convite à apresentação de propostas de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão

A Comissão Europeia lançou o 6º convite à apresentação de propostas de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão, com um orçamento global de 7 milhões de euros. Os meios de comunicação social, bem como as universidades, agências de comunicação e outras entidades privadas e organismos públicos são convidados a apresentar as suas propostas para reportagens editorialmente independentes sobre a Política de Coesão. A Comissão cobrirá 80% do custo dos projetos, com subvenções até 300 mil euros para os beneficiários selecionados. O prazo de candidatura termina às 17:00 CET, 10 de janeiro de 2023.

Até 11 de janeiro



Revisão das regras da UE em matéria de materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos

A política da UE em matéria de segurança dos alimentos inclui regras relativas aos materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos (p. ex., embalagens de alimentos, artigos de cozinha e de mesa e equipamentos para transformação de alimentos). Esta iniciativa visa modernizar as regras, a fim de: garantir a segurança dos alimentos e um elevado nível de proteção da saúde pública; reduzir a presença e a utilização de produtos químicos perigosos; ter em conta os conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes; apoiar a inovação e a sustentabilidade através da promoção de soluções reutilizáveis e recicláveis seguras, ajudando a reduzir o impacto ambiental do setor.

O período de submissão de contributos para esta consulta pública encerra a 11 de janeiro. A Comissão Europeia planeia publicar a proposta de regulamento no segundo trimestre de 2023.

Até 31 de janeiro

Convite à apresentação de propostas ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP) - Vertente específica dedicada às Regiões Ultraperiféricas

O convite à apresentação de propostas no âmbito do FEAMP para apoio a "Projetos regionais emblemáticos que apoiam a economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE" foi <u>publicado</u>, sendo incluído nesta convocatória uma vertente específica dedicada às regiões ultraperiféricas sobre "<u>Promoção do turismo marítimo e costeiro sustentável nas regiões ultraperiféricas</u>" com um orçamento específico de um milhão de euros.

A vertente das regiões ultraperiféricas tem como principal objetivo apoiar a economia azul nas regiões ultraperiféricas através de projetos que promovam soluções inovadoras e sustentáveis no turismo costeiro e marítimo e contribuam para a proteção da biodiversidade marinha, em linha com a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas, bem como com os objetivos da Comunicação sobre uma nova abordagem para uma economia azul sustentável na UE e da Trajetória de Transição para o Turismo.

As propostas ao abrigo da vertente regiões ultraperiféricas devem ser apresentadas por um consórcio de, pelo menos, 2 entidades independentes de 2 regiões ultraperiféricas diferentes. A data-limite para a apresentação das candidaturas é o dia 31 de janeiro de 2023 (17h00, hora de Bruxelas). Já se encontram <u>abertas</u> as inscrições para a participação na "Jornada de Informação" organizada pela Comissão Europeia no dia 24 de novembro de 2022. Os interessados deverão efetuar a sua inscrição até ao dia 16 de novembro.

Até 9 de fevereiro

Ações Marie Skłodowska-Curie: 77,5 milhões de euros para apoiar o intercâmbio de pessoal de investigação e inovação

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do <u>programa Marie Skłodowska-Curie Actions'</u> (MSCA) <u>Staff Exchanges</u>. O período de candidaturas encerra a 9 de fevereiro. Todas as informações poderão ser consultadas <u>aqui</u>.

Até 23 de fevereiro

Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o <u>segundo conjunto de convites à apresentação de propostas</u> ao abrigo do programa "<u>Connecting Europe Facility Digital</u>". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras, rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a jornada informativa virtual de 25 de outubro.

Até 8 de março

Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pósdoutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do <u>programa Marie Skłodowska-Curie Actions'</u> (MSCA) <u>cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais (COFUND)</u>. O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta <u>ligação</u>.

Até 31 de maio

Aberto

Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro <u>convite</u> à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «<u>A Cultura Move a Europa</u>» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias dotações complementares, tais como o apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas ou que viajem para esses destinos. Todas as informações <u>aqui</u>.





Auxílios estatais: Comissão aprova regime espanhol de 500 milhões de euros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para apoiar a implantação de redes de banda larga nas zonas rurais

A Comissão Europeia <u>aprovou</u>, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime espanhol de 500 milhões de euros disponibilizado através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ("RRF") para apoiar a implantação de infraestruturas de banda larga nas zonas rurais. A medida faz parte da estratégia da Espanha para responder às necessidades dos cidadãos e das empresas no contexto da digitalização do país. O regime também contribui para os objetivos estratégicos da UE relacionados com a transição digital. Ao abrigo do regime, a ajuda assumirá a forma de subvenções diretas a fornecedores de comunicações eletrónicas e empresas de infraestruturas. O montante do auxílio por beneficiário não excederá 90% dos custos elegíveis. A medida financiará a implantação de redes de banda larga baseadas em fibra para ligar certas estações de base situadas em municípios com menos de 10 mil habitantes e que, até 31 de dezembro de 2025, não terão um operador de rede na ausência de apoio público.

Iniciativa de cidadania europeia: Comissão decide registar uma nova iniciativa em favor da disponibilidade de refeições veganas

A Comissão Europeia decidiu registar a iniciativa de cidadania europeia (ICE) intitulada «Iniciativa de cidadania europeia em favor de refeições veganas». Os organizadores da iniciativa solicitam a criação de uma legislação que exija, explicitamente, que sejam disponibilizadas alternativas veganas nos espaços públicos e privados europeus que vendem alimentos e bebidas. Segundo os organizadores, esta medida permitiria dar resposta à crescente sensibilização coletiva para os direitos dos animais e contribuiria para os esforços para combater a crise climática, aumentando o consumo de alimentos à base de plantas e reduzindo o custo dos alimentos.

Uma vez que a iniciativa preenche as condições necessárias, a Comissão considera que é legalmente admissível. A Comissão ainda não analisou o mérito da iniciativa. Após o registo efetuado, os organizadores da iniciativa dispõem de seis meses para dar início à recolha de assinaturas. Se, no prazo de um ano, a iniciativa receber um milhão de declarações de apoio provenientes de, pelo menos, sete Estados-Membros, a Comissão terá de se pronunciar sobre a sua admissibilidade. A Comissão poderá então decidir se pretende ou não dar seguimento ao pedido, devendo fundamentar a sua decisão.



Acabar com a discriminação e admitir a Bulgária e a Roménia em Schengen

A Bulgária e a Roménia <u>cumprem</u> há muito os critérios necessários. O alargamento de Schengen requer unanimidade no Conselho A exclusão é discriminatória, e tem um impacto negativo no mercado único da EU. Assim, o Parlamento Europeu insta os Estados-Membros a permitir que a Roménia e a Bulgária adiram sem demora ao espaço Schengen.

Numa resolução aprovada na terça-feira, os deputados europeus dizem que o Conselho deveria adotar uma decisão sobre a adesão da Roménia e da Bulgária ao espaço de livre circulação Schengen até ao final de 2022. Isto deverá assegurar a abolição dos controlos das pessoas em todas as fronteiras internas de ambos os países no início de 2023. A resolução foi aprovada com 547 votos a favor, 49 votos contra, e 43 abstenções.

Observando que o espaço Schengen é "uma das maiores realizações da União Europeia", os deputados europeus criticam o facto do Conselho não ter tomado uma decisão sobre a admissão da Bulgária e da Roménia, apesar dos dois países terem há muito preenchido as condições necessárias. A manutenção de controlos nas fronteiras internas é discriminatória e tem um sério impacto na vida dos trabalhadores móveis e dos cidadãos. Ao obstruírem as importações, exportações e o livre fluxo de mercadorias dos portos de carga, prejudicam também o mercado único da UE.

Schengen: o alargamento da zona europeia de livre circulação

A <u>livre circulação</u> - o direito a viver, estudar, trabalhar e a reformar-se em qualquer Estado-Membro da União Europeia (UE), é possivelmente a conquista mais tangível do processo de integração europeia. Com a <u>criação do espaço Schengen em 1995</u>, os controlos foram abolidos nas fronteiras internas na União. Atualmente, o <u>espaço Schengen</u> inclui a maioria dos Estados da UE, com a exceção: da Irlanda, que mantém uma cláusula de autoexclusão e dispõe da sua própria área de circulação comum com o Reino Unido; e da Bulgária, da Croácia, do Chipre e da Roménia, que estão obrigados a juntar-se ao mesmo. Quatro Estados não pertencentes à UE – a Islândia, o Liechtenstein, a Noruega e a Suíça, também fazem parte do espaço Schengen.

A Bulgária e a Roménia cumprem todos os requisitos necessários para integrarem o espaço Schengen. No entanto, os governos nacionais da UE devem ainda decidir por unanimidade para aceitar novos Estados entrem na zona de livre circulação. Numa votação realizada a 18 de outubro de 2022, <u>os eurodeputados reiteraram seu apelo</u> para que ambos os países sejam admitidos rapidamente no espaço Schengen e salientaram que a livre circulação está no cerne do projeto europeu. Espera-se que o Parlamento dê luz verde à adesão da Croácia ao espaço Schengen antes do final de 2022. Por seu lado, Chipre dispõe de uma derrogação temporária para se juntar ao mesmo.



Ambiente

Nota informativa sobre a Utilização Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos

Este <u>briefing</u> fornece uma análise inicial dos pontos fortes e fracos da <u>avaliação de impacto</u> da Comissão Europeia que acompanha a <u>proposta</u>, apresentada a 22 de junho de 2022 e remetida à Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar do Parlamento Europeu (ENVI).Os produtos fitofarmacêuticos (pesticidas) são utilizados para proteger as plantas ou produtos vegetais contra pragas ou doenças das plantas e para o controlo de ervas daninhas. São utilizados principalmente na agricultura, mas também para outros usos, tais como a silvicultura, ao longo de estradas e vias-férreas, áreas urbanas verdes e campos desportivos. A sua utilização pode ter efeitos nocivos para a saúde humana e o ambiente. É por isso que a sua colocação em o mercado é estritamente regulamentada em toda a UE. São classificados como sendo mais ou menos perigosos para a saúde e o ambiente, em função da sua composição.

A <u>Diretiva sobre o Uso Sustentável de Pesticidas (SUD)</u> de 2009 foi adotada com o objetivo de promover uma utilização mais sustentável dos pesticidas na UE, juntamente com legislação sobre a colocação no mercado de pesticidas (<u>Regulamento (CE) n.º 1107/2009</u>), resíduos de pesticidas (<u>Regulamento (CE) n.º 396/2005</u>) e estatísticas sobre pesticidas (<u>Regulamento (CE) n.º 1185/2009</u>). Com o Pacto Ecológico Europeu, a Comissão compromete-se a reduzir a utilização de pesticidas químicos na UE, e o risco que estes representam. Na <u>Estratégia do Prado ao Prato</u>, <u>Estratégia para a Biodiversidade</u> e <u>Plano de ação "poluição zero"</u>, a Comissão propôs objetivos específicos para reduzir em 50% a utilização e o risco global de pesticidas químicos, e a utilização de pesticidas mais perigosos, até 2030.

De acordo com a Comissão, a legislação atual não reflete esta ambição. Com a presente proposta, a Comissão Europeia pretende abordar a as insuficiências das regras atuais e torná-las adequadas para alcançar os objetivos específicos de redução; proibir todos pesticidas em áreas sensíveis (tais como áreas verdes urbanas, parques infantis e escolas); e introduzir novas regras que privilegiam produtos de controlo de pragas que sejam amigos do ambiente. A iniciativa estava incluída no <u>Programa de trabalho da Comissão de 2022</u>, e no documento de trabalho do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão que acompanha a <u>declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2022</u>.

Eurodeputados apelam ao G20 para que aumente os objetivos climáticos

O Parlamento <u>insta</u> todos os países a reforçarem os seus objetivos climáticos para 2030 antes da COP 27, a fim de limitar o aquecimento global em conformidade com o Acordo de Paris. O Parlamento Europeu aprovou uma resolução com as suas exigências para a <u>Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP 27)</u>, que terá lugar no Egito, de 6 a 18 de novembro. Os eurodeputados consideram que as crises do clima e da biodiversidade são dos desafios mais importantes que a humanidade enfrenta. Estão preocupados com as conclusões do <u>relatório de 2021 do PNUA sobre o desfasamento em termos de emissões</u>, segundo o qual, mesmo que as metas climáticas nacionais mais ambiciosas para 2030 sejam aplicadas, prevê um aumento da temperatura de 2,7 °C, muito acima dos objetivos do <u>Acordo de Paris</u> de limitar o aquecimento global a um nível substancialmente inferior a 2 °C e de atingir 1,5 °C.

A resolução afirma que a guerra da Rússia contra a Ucrânia e as suas consequências tornam ainda mais urgente a transformação do sistema energético mundial. No documento, os eurodeputados alertam para que sejam tomadas medidas urgentes nesta década, mesmo que muitas promessas de emissões líquidas nulas a longo prazo sejam ambíguas e pouco transparentes.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

Política de coesão para ajudar as famílias e as PME afetadas pela crise

Os Estados-Membros da UE <u>poderão</u> utilizar até 40 mil milhões de euros para ajudar as pequenas e médias empresas e as famílias vulneráveis a combater a subida dos preços da energia e a inflação. Younous Omarjee, presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) e Elisa Ferreira, comissária da UE para a Coesão e Reformas, anunciaram que até 10% dos envelopes nacionais dos fundos de coesão do período de programação 2014-2020 poderão ser atribuídos para combater a pobreza energética com financiamento a 100% da UE. Representa até 40 mil milhões de euros de possíveis financiamentos diretos às PME e às famílias.

Esta iniciativa será traduzida em alterações à proposta da REPowerEU, que visa ajudar os Estados-Membros a tornarem-se independentes dos combustíveis fósseis russos. Visa igualmente ajudar os países e regiões da UE através de uma série de medidas específicas e excecionais para enfrentar os desafios resultantes da atual crise energética. Prestará apoio às PMEs particularmente afetadas pelo aumento dos preços da energia, em conformidade com as regras dos auxílios estatais, e ajudará também a combater a pobreza energética, apoiando as famílias vulneráveis e melhorando o acesso ao mercado de trabalho através de esquemas como o trabalho a tempo reduzido.

Política de Coesão da UE: 4,6 mil milhões de euros para a Letónia apoiar uma economia e uma sociedade verdes e justas em 2021-

A Letónia <u>receberá</u> 4,6 mil milhões de euros de financiamento da Política de Coesão entre 2021-2027 para apoiar a coesão económica e territorial, e a justiça social. A Letónia investirá os fundos da UE nas transições verdes e digitais, no fomento da inovação na economia, e nos serviços de saúde e sociais. Os detalhes e a estratégia para estes investimentos estão definidos no Acordo de Parceria entre a Letónia e a Comissão foi formalmente adotado esta sexta-feira.

O Acordo de Parceria com a Letónia é o 23º a ser adotado após os da Grécia, Alemanha, Áustria, República Checa, Lituânia, Finlândia, Dinamarca, França, Suécia, Países Baixos, Polónia, Bulgária, Chipre, Portugal, Estónia, Eslováquia, Itália, Roménia, Croácia, Eslovénia, Malta e Irlanda.



Cultura

Filme sobre influência russa em África vence Prémio Daphne Caruana Galizia 2022

Os jornalistas Clément Di Roma e Carol Valade <u>receberam</u> o Prémio Daphne Caruana Galizia 2022 do PE pelo documentário "República Centro-Africana: a capacidade de influência russa". O documentário é uma coprodução Découpages/Arte GEIE, originalmente <u>transmitido no programa Arte Reportage</u> em francês, alemão e inglês. Foi também difundido no canal <u>France 24</u> e <u>publicado no jornal francês Le Monde</u>.

Este é o primeiro documentário de Clément Di Roma e Carol Valade e o culminar do seu trabalho como correspondentes na República Centro-Africana em 2020. O país atravessava uma onda de violência e abusos desencadeados por uma nova rebelião, em parte combatida pelo grupo Wagner, um exército-sombra ao serviço dos interesses do Kremlin. Os jornalistas investigaram, filmaram e prosseguiram a sua colaboração com vários meios de comunicação social internacionais, apesar da vigilância dos mercenários russos e da hostilidade prevalecente contra os meios de comunicação social franceses. Quiseram também prosseguir o trabalho de três colegas russos, Orhan Djemal, Kirill Radchenko e Alexander Rasstorguyev, assassinados na República Centro-Africana enquanto investigavam o grupo Wagner em 2018.



Defesa e Segurança

Ucrânia: UE cria missão de assistência militar para reforçar o apoio às Forças Armadas Ucranianas

O Conselho <u>acordou</u> em criar uma Missão de Assistência Militar de apoio à Ucrânia (EUMAM Ucrânia). O objetivo da Missão é contribuir para reforçar a capacidade militar das Forças Armadas Ucranianas de conduzir eficazmente operações militares, para permitir que a Ucrânia defenda a sua integridade territorial dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, exerça efetivamente a sua soberania e proteja a população civil.

Em resposta ao pedido de apoio militar da Ucrânia, a EUMAM Ucrânia prestará formação individual, coletiva e especializada às Forças Armadas Ucranianas, inclusive às suas forças de defesa territorial, e fará a coordenação e sincronização das atividades dos Estados-Membros de apoio à prestação da formação. A EUMAM Ucrânia operará no território dos Estados-Membros da UE e o seu Quartel-

General de Operações será no SEAE em Bruxelas para assegurar a coordenação global a nível estratégico. O vice-almirante Hervé Bléjean, diretor da Capacidade Militar de Planeamento e Condução (CPMC) no SEAE, será o comandante da missão.

O mandato da missão não executiva durará inicialmente dois anos e o montante de referência financeira para os custos comuns para este período será de 106 700 000 euros. A Missão assegurará a coordenação com as atividades bilaterais dos Estados-Membros de apoio à Ucrânia, bem como com outros parceiros internacionais que comungam das mesmas ideias, e estará aberta à participação de Estados terceiros.

Ucrânia: Conselho chega a acordo sobre novo apoio no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz

O Conselho <u>adotou</u> medidas de assistência adicionais no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) para continuar a apoiar as capacidades e a resiliência das forças armadas ucranianas. Com estas medidas, a UE intensifica o seu apoio à Ucrânia para que esta defenda a soberania e a integridade territorial do país dentro das fronteiras que lhe são internacionalmente reconhecidas e defenda a população civil da guerra de agressão russa em curso.

A sexta parcela, no valor de 500 milhões de euros, elevará para 3,1 mil milhões de euros a contribuição total da UE para a Ucrânia ao abrigo do MEAP. O equipamento a fornecer no novo pacote de apoio está em conformidade com as prioridades atuais indicadas pelo Governo ucraniano. Neste contexto, as medidas de assistência consistem em 490 milhões de euros para equipamento militar concebido para aplicação de força letal com fins defensivos, bem como em dez milhões de euros destinados a cobrir o fornecimento de equipamento e outro tipo de material, como equipamento de proteção individual, caixas de primeiros socorros e combustível. Além disso, ambas as medidas de assistência permitirão igualmente a manutenção e reparação de equipamento militar já doado pelos Estados-Membros da UE à Ucrânia no âmbito do MEAP.



Direitos humanos, Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social

Irão: UE sanciona autores de violações graves dos direitos humanos

O Conselho <u>acrescentou</u> onze pessoas e quatro entidades à lista de pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas no âmbito do atual regime de sanções contra o Irão em matéria de direitos humanos, devido ao seu papel na morte de Mahsa Amini e na violenta resposta às recentes manifestações no Irão.

As designações anunciadas incluem os responsáveis pela morte de Mahsa Amini: a polícia da moralidade do Irão e duas das suas principais figuras, Mohammad Rostami e Hajahmad Mirzaei. Além disso, a UE designou as forças policiais iranianas, bem como alguns dos seus chefes a nível local, pelo seu papel na repressão brutal dos protestos. A UE designou igualmente Issa Zarepour, ministro iraniano das Tecnologias da Informação e Comunicação, pela sua responsabilidade no bloqueio total da Internet.

As medidas impostas consistem na proibição de viajar e no congelamento de bens. Além disso, é proibido a cidadãos e empresas da UE disponibilizarem fundos às pessoas e entidades constantes da lista. O regime de sanções contra o Irão em matéria de direitos humanos inclui também a proibição da exportação para o Irão de equipamento suscetível de ser utilizado para fins de repressão interna e de equipamento de controlo das telecomunicações. A lista inclui agora um total de 97 pessoas e 8 entidades.

Eurodeputados apelam aos governos da UE para combaterem o ódio e crimes LGBTIQ+

Em resposta a um assassinato homofóbico em Bratislava, o Parlamento <u>pediu</u> na quinta-feira a todos os governos da UE que combatessem o discurso do ódio, e investigassem e processassem os crimes de ódio. Os deputados reagiram aos recentes acontecimentos em Bratislava, onde um atirador radicalizado de extrema-direita assassinou dois jovens, Matúš Horváth e Juraj Vankulič, em frente a um bar gay no dia 12 de outubro. Numa resolução aprovada por 447 votos a favor, 78 votos contra e 45 abstenções, condenam o ódio e a violência contra "pessoas baseadas no seu género, orientação sexual, identidade ou expressão sexual e características sexuais, tanto na Eslováquia como na UE".

O texto rotula o ataque como um ato cobarde de terror contra a comunidade LGBTIQ+ e diz que foi motivado por uma ideologia de extrema-direita. Apela ao governo eslovaco a fazer "progressos significativos na proteção das pessoas LGBTIQ+" e a tomar uma forte posição pública contra as violações dos seus direitos humanos. O Parlamento expressa "grande preocupação com o uso frequente de linguagem ofensiva, agressiva e homofóbica em relação à comunidade LGBTIQ+ na Eslováquia, incluindo por antigos e atuais membros do governo". A resolução apela igualmente à rejeição de "qualquer forma de cooperação com forças extremistas de extrema-direita".



Economia e Mercado

Auxílios estatais: Comissão publica resumo sobre a utilização do Quadro Temporário da COVID

A Comissão Europeia publicou um <u>resumo dos auxílios estatais</u> utilizados no âmbito do <u>Quadro Temporário da COVID</u>, adotado a 19 de março de 2020 e alterado seis vezes para o manter a par das várias vagas da pandemia. Tal como anunciado em maio de 2022, o Quadro Temporário não foi prorrogado para além da data de expiração estabelecida de 30 de junho de 2022, com algumas exceções.

No resumo é demonstrado que o Quadro Temporário tem permitido aos Estados-Membros utilizar toda a flexibilidade prevista ao abrigo das regras dos auxílios estatais para apoiar as empresas necessitadas de forma atempada, orientada e proporcional, preservando ao mesmo tempo a igualdade de condições no mercado único e mantendo condições horizontais aplicáveis a todos. Em 2020 e 2021, a Comissão tomou cerca de 1185 decisões aprovando mais de 865 medidas nacionais notificadas pelos Estados-Membros para um orçamento global de mais de 3,1 biliões de euros. A fim de ter uma melhor visão global da ajuda efetivamente paga, a Comissão lançou inquéritos para obter informações dos Estados-Membros sobre a implementação de medidas de auxílio estatal relacionadas com o coronavírus. Com base nos dados fornecidos, no período entre meados de março de 2020 e o final de 2021, dos mais de 3,1 biliões de euros de ajuda aprovados durante esse período, foram efetivamente concedidos 940 mil milhões de euros (cerca de 30%) a empresas, cerca de dois terços dos quais sob a forma de crédito apoiado pelo Estado, quer sob a forma de garantias, quer sob a forma de empréstimos bonificados. A ajuda global da COVID concedida durante este período representa 3,39% do PIB acumulado da UE numa base anual.

Fundos europeus de investimento a longo prazo: Acordo provisório alcançado

A UE está a fazer mais progressos na <u>união dos mercados de capitais</u> (CMU), um plano para criar um mercado único de capitais a fim de fazer com que os investimentos e poupanças circulem por todos os Estados-Membros em benefício dos cidadãos, empresas e investidores. Assim, os negociadores do Conselho e do Parlamento Europeu <u>chegaram</u> a um <u>acordo provisório</u> sobre a revisão do regulamento sobre fundos europeus de investimento a longo prazo (ELTIF), a fim de tornar estes fundos de investimento mais atrativos.



Emprego

Solicitação de concessão dum apoio temporário à República Portuguesa para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência na sequência do surto de COVID-19

Em 17 de setembro de 2022, Portugal solicitou novamente assistência financeira à União, no montante de 300 milhões de euros, a fim de continuar a complementar os esforços desenvolvidos à escala nacional em 2020 e 2021 para fazer face ao impacto do surto de COVID-19 e responder às consequências socioeconómicas do surto para os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores independentes. Concretamente, Portugal prorrogou uma vez mais ou alterou os regimes de redução do tempo de trabalho e outras medidas semelhantes.

Por conseguinte, a <u>Decisão de Execução do Conselho</u> refere que deverá conceder-se assistência financeira para ajudar Portugal a fazer face aos efeitos socioeconómicos da grave perturbação económica causada pelo surto de COVID-19. A Comissão deverá tomar as decisões relativas aos prazos de vencimento dos empréstimos, ao montante e ao desembolso das parcelas e frações em estreita cooperação com as autoridades nacionais. Dado que o período de disponibilidade indicado na Decisão de Execução (UE) 2020/1354 expirou, é necessário um novo período de disponibilidade para a assistência financeira adicional. O período de disponibilidade para a assistência financeira de 18 meses concedida pela Decisão de Execução (UE) 2020/1354 deverá ser prorrogado por 21 meses. Por conseguinte, o período total de disponibilidade deverá ser de 39 meses a contar do primeiro dia após a produção de efeitos da Decisão de Execução (UE) 2020/1354.

A União concede, na totalidade, a Portugal um empréstimo no montante máximo de 6 234 462 488 euros. O empréstimo tem um prazo médio de vencimento de 15 anos, no máximo. O período de disponibilidade para a assistência financeira concedida pela presente decisão é de 39 meses a contar do primeiro dia após a entrada em vigor da presente.

Portugal pode financiar as medidas regionais relacionadas com o emprego na Região Autónoma dos Açores, previstas na Resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores n.º 97/2020, de 8 de abril, na Resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores n.º 120/2020, de 28 de abril, na Resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores n.º 128/2020, de 5 de maio, na Resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores n.º 129/2020, de 5 de maio, na Resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores n.º 195/2020, de 15 de julho, na Resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores n.º 196/2020, de 15 de julho, e na Resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores n.º 200/2020, de 17 de julho.



Energia

Auxílios estatais: Comissão aprova um regime polaco de 10 mil milhões de euros para compensar as empresas com utilização intensiva de energia pelos custos indiretos das emissões

A Comissão Europeia <u>aprovou</u>, ao abrigo das regras de auxílio estatal da UE, um regime polaco para compensar parcialmente as empresas com utilização intensiva de energia por preços de eletricidade mais elevados resultantes dos custos de emissões indiretas no âmbito do Sistema de Comércio de Emissões da UE ("ETS"). A medida beneficiará as empresas ativas em setores em risco de fuga de carbono enumeradas no Anexo I das <u>Orientações relativas a determinadas medidas de auxílio estatal no contexto do regime de</u>

<u>comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa pós-2021</u> ("Orientações relativas aos auxílios estatais no âmbito do regime de comércio de licenças de emissão").

Estes setores enfrentam custos de eletricidade significativos e estão particularmente expostos à concorrência internacional. A compensação será concedida às empresas elegíveis através de um reembolso parcial dos custos indiretos de emissão incorridos no ano anterior, devendo o pagamento final ser efetuado em 2031. O montante da ajuda é calculado com base em parâmetros de eficiência do consumo de eletricidade, que asseguram que os beneficiários são encorajados a poupar energia. A Comissão avaliou a medida ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais e, em particular, das orientações relativas aos auxílios estatais no âmbito do ETS. A Comissão considerou que o regime é necessário e adequado para apoiar as empresas com utilização intensiva de energia para fazer face aos preços mais elevados da eletricidade e para evitar que as empresas se deslocalizem para países fora da UE com políticas climáticas menos ambiciosas, resultando num aumento das emissões globais de gases com efeito de estufa. Além disso, a Comissão constatou que o regime cumpre os requisitos em matéria de auditorias energéticas e sistemas de gestão estabelecidos nas orientações relativas aos auxílios estatais no âmbito do regime de comércio de licenças de emissão.

Comissão Europeia apresenta novas propostas para combater preços elevados da energia e garantir segurança do aprovisionamento.

A Comissão <u>propôs</u> um <u>novo regulamento de emergência</u> para fazer face aos elevados preços da energia e reforçar a segurança do aprovisionamento e a preparação para o inverno. As medidas propostas permitirão a aquisição conjunta de gás, introduzirão mecanismos de limitação dos preços na bolsa de gás TTF e novas medidas sobre a utilização transparente das infraestruturas, bem como a solidariedade entre os Estados-Membros e um esforço permanente para reduzir a procura de gás. Mais informações no <u>comunicado de imprensa</u>, no <u>documento com perguntas e respostas</u> e na <u>ficha informativa</u>.

Eurodeputados debatem medidas para manter baixas as faturas de energia para consumidores e empresas

A Presidência checa do Conselho e a Comissão Europeia <u>destacaram</u> as medidas já em vigor para assegurar fontes alternativas de fornecimento de energia, reduzir a procura de energia e fazer face aos elevados preços de mercado da eletricidade e do gás. O vice-presidente da Comissão Valdis Dombrovskis disse que os Estados-Membros devem assegurar que as medidas sejam devidamente orientadas para os mais vulneráveis, uma vez que um apoio fiscal geral iria alimentar a inflação. Apelou também a políticas fiscais prudentes que não exacerbem a inflação.

Durante o debate, os deputados europeus apelaram à Comissão para ser mais pró-ativa na abordagem do atual choque de preços. Alguns apelaram para que a UE trabalhe num pacote de solidariedade para o inverno com transferências fiscais para compensar os preços da energia, enquanto outros propuseram um "escudo" para proteger os cidadãos e as empresas. Outros membros do Parlamento Europeu instaram a UE a amortecer o risco de taxas de juro variáveis sobre hipotecas, e advertiram contra medidas fiscais nacionais que distorçam a concorrência no mercado único.

Portugal, Espanha e França chegam a acordo para Corredor de Energia Verde

Portugal, Espanha e França chegaram a um acordo para a criação de um Corredor de Energia Verde, ultrapassando assim um dos bloqueios mais antigos em torno do tema das interconexões da Península Ibérica com o conjunto da Europa. À entrada para o Conselho Europeu e após uma reunião com o presidente do Governo de Espanha, Pedro Sánchez, e com o presidente de França, Emmanuel Macron, o primeiro-ministro, António Costa, referiu: «Hoje chegámos a um acordo para ultrapassar definitivamente o antigo projeto, o chamado MidCat, e desenvolver um novo projeto, que designámos de Corredor de Energia Verde, que permitirá complementar as interconexões entre Portugal e Espanha, entre Celorico da Beira e Zamora, e também fazer uma ligação entre Espanha e o resto da Europa, ligando Barcelona e Marselha, por via marítima».

António Costa disse que falta ainda «acertar os pormenores, do ponto de vista técnico», em termos de financiamento europeu, nomeadamente, através do que a Comissão Europeia pode destinar às interconexões europeias e também para acertarmos com a Comissão o financiamento desta nova ligação através da facilidade de interconexões europeias».

António Costa disse que este gasoduto será «vocacionado para o hidrogénio verde» ou outros gases renováveis ainda que, transitoriamente, possa ser utilizado para «o transporte de gás natural até uma certa proporção», acrescentando que «serão reforçadas também as interconexões elétricas». Referiu ainda que os três países vão reunir-se novamente em Alicante, Espanha, a 9 de dezembro, antes da reunião que já estava marcada para a Cimeira dos Países do Mediterrâneo e do Sul da UE, de modo a que haja tempo para que sejam acertados, do ponto de vista técnico, pormenores sobre esta ligação.

UE financia 49 projetos de investigação espacial com quase 200 milhões de euros

A Comissão Europeia anunciou os resultados dos convites à apresentação de propostas relacionados com o espaço 2021-2022 no âmbito de Horizonte Europa. Cerca de 200 milhões de euros irão apoiar 49 projetos de investigação espacial implementados pela Agência de Execução Europeia da Saúde e do Digital (HaDEA) e pela Agência do Programa Espacial da UE (EUSPA). Os projetos selecionados promoverão a competitividade e a não dependência tecnológica do setor espacial da UE, ao mesmo tempo que consolidarão componentes emblemáticos do Programa Espacial da UE e desenvolverão novas aplicações e serviços a jusante. Os projetos selecionados também enfatizam o acesso europeu ao espaço, bem como tecnologias futuras, tais como quantum, meteorologia espacial e ciência espacial.



Estado de Direito

Povo ucraniano vence Prémio Sakharov 2022 do Parlamento Europeu

Os eurodeputados <u>distinguem</u> o corajoso povo da Ucrânia, representado pelo seu presidente, líderes eleitos e sociedade civil, com o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento. A presidente do Parlamento Europeu Roberta Metsola anunciou os laureados na sessão plenária de Estrasburgo, na tarde de quarta-feira, na sequência de uma decisão da Conferência de Presidentes do Parlamento (a presidente e os líderes dos grupos políticos).

"O prémio é para os Ucranianos que lutam no terreno. Para aqueles que foram forçados a fugir. Para aqueles que perderam familiares e amigos. Para todos aqueles que se erguem e lutam por aquilo em que acreditam. Sei que o corajoso povo da Ucrânia não vai desistir e nós também não", afirmou Roberta Metsola. A guerra de agressão não provocada da Rússia contra a Ucrânia está a infligir enormes custos ao povo ucraniano, que não só está a lutar para proteger as suas casas, a soberania, a independência e a integridade territorial. O povo ucraniano também está a lutar para defender a liberdade, democracia, o Estado de direito e os valores europeus nos campos de batalha "contra o regime brutal que procura minar a nossa democracia, enfraquecer e dividir a nossa União", afirmam os eurodeputados.

A nomeação destaca os esforços do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky em conjunto com os papéis desempenhados por outros indivíduos, representantes de iniciativas da sociedade civil e instituições estatais e públicas. São disto exemplo: os Serviços de Emergência do Estado (SES) da Ucrânia; Yulia Pajevska, fundadora da unidade médica de evacuação "Anjos de Taira" ("Angels of Taira"); Oleksandra Matviychuk, ativista e advogada para os direitos humanos; o Movimento de Resistência Civil da Fita Amarela ("The Yellow Ribbon Civil Resistance Movement"); e, Ivan Fedorov, o presidente da câmara da cidade de Melitopol, que atualmente se encontra ocupada pelas forças russas. A entrega do Prémio Sakharov Prize vai decorrer no dia 14 de dezembro em Estrasburgo. Saiba mais sobre os outros finalistas de 2022.

Assassinato de Daphne Caruana Galizia: responsabilização e fracasso das reformas

Cinco anos após o seu assassinato, os deputados europeus <u>prestaram</u> homenagem à jornalista e fazem um balanço do Estado de direito, do crime organizado e da corrupção em Malta. Numa resolução aprovada na quinta-feira por 564 votos a favor e 10 contra, com 17 abstenções, o Parlamento Europeu registou os progressos realizados nos processos judiciais em curso e o pedido de desculpas público do primeiro-ministro maltês pelas falhas do Estado que podem ter tornado possível o assassinato de Daphne Caruana Galizia.

No entanto, os deputados europeus lamentam profundamente que as investigações tenham resultado em apenas três condenações ligadas à execução do assassinato. Insistem que todos os envolvidos, a todos os níveis, devem ser levados à justiça e dizem que "é necessário o envolvimento total e contínuo da Europol". Os deputados europeus estão também particularmente preocupados com a falta de implementação das recomendações do relatório final do inquérito público sobre o assassinato, um ano após a sua publicação, apesar de uma série de reformas apresentadas pelo governo. Estão angustiados com a falta de progressos na acusação de corrupção de alto nível e branqueamento de dinheiro que Daphne Caruana Galizia estava a investigar, e estão muito preocupados com "falhas institucionais na aplicação da lei e no sistema judicial", incluindo revelações recentes de inação repetida sobre o mandado de captura europeu.

Recusa de passaportes russos de regiões ocupadas e preservação do direito de asilo

O Parlamento Europeu concordou na quinta-feira em não aceitar documentos de viagem emitidos pela Rússia nas regiões que ocupa ilegalmente na Ucrânia e na Geórgia. Por 540 votos a favor, 6 contra e 36 abstenções, o Parlamento aprovou o seu mandato de negociação com o Conselho sobre uma proposta legislativa relativa ao não reconhecimento dos documentos de viagem emitidos pela Rússia nas regiões ucranianas ocupadas e nos chamados territórios separatistas da Geórgia para efeitos de emissão de vistos ou de passagem das fronteiras externas da UE.

Os eurodeputados observam que a anexação da Crimeia, Sevastopol, Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhia na Ucrânia é ilegal, e que a UE condenou a decisão da Rússia de reconhecer a independência das regiões separatistas da Abcásia e Ossétia do Sul na Geórgia. Por conseguinte, os Estados-Membros da UE e os aliados do EEE não devem continuar a aceitar documentos de viagem

emitidos pela Rússia nestas regiões. Nos termos da proposta, a Comissão deveria consultar os Estados-Membros da UE e elaborar uma lista de documentos de viagem russos que já não deveriam ser aceites.



Inovação, Investigação científica, ciência

Auxílios estatais: Comissão adota enquadramento revisto em matéria de auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação

A Comissão Europeia <u>adotou</u> uma <u>Comunicação revista sobre as regras em matéria de auxílios estatais à investigação, ao <u>desenvolvimento e à inovação</u> («Enquadramento IDI de 2022»), que estabelece as regras ao abrigo das quais os Estados-Membros podem conceder auxílios estatais a empresas para atividades de IDI, assegurando simultaneamente condições de concorrência equitativas. O Enquadramento IDI de 2022, que contribui para os objetivos estratégicos da UE relacionados com as transições <u>ecológica</u> e <u>digital</u>, entrou em vigor no passado dia 19 de outubro.</u>

A adoção do Enquadramento IDI de 2022 surge na sequência de uma <u>avaliação</u> das regras em vigor, lançada em 2019 no âmbito do <u>balanço de qualidade dos auxílios estatais</u>. A Comissão procedeu igualmente a uma ampla <u>consulta</u> de todas as partes interessadas sobre a proposta de texto revisto da comunicação. Esta consulta contou com contributos dos Estados-Membros, de associações empresariais e de investigação, de grupos de interesses e de empresas, de ONG e de cidadãos.

O Enquadramento IDI revisto inclui uma série de ajustamentos específicos i) para simplificar e refletir a experiência adquirida com a aplicação do Enquadramento IDI de 2014, ii) para refletir a evolução regulamentar, económica e tecnológica e iii) para alinhar as regras pertinentes com as atuais prioridades políticas da UE, como o Pacto Ecológico Europeu e as estratégias industrial e digital.



Instituições

Conclusões do Conselho Europeu de 20 e 21 de outubro

O Conselho Europeu concordou que, à luz da atual crise, há que acelerar e intensificar os esforços para reduzir a procura, garantir a segurança do aprovisionamento, evitar o racionamento e fazer baixar os preços da energia para as famílias e as empresas em toda a União, e que é preciso preservar a integridade do mercado único. O Conselho Europeu exorta o Conselho e a Comissão a apresentarem urgentemente decisões concretas sobre as medidas adicionais, bem como sobre as propostas da Comissão, tendo avaliado o seu impacto, nomeadamente sobre os contratos existentes, incluindo a não afetação dos contratos a longo prazo, e tendo em conta as diferentes matrizes energéticas e circunstâncias nacionais.

Algumas das medidas passam, por exemplo, por aquisições conjuntas voluntárias de gás, exceto a agregação vinculativa da procura num volume equivalente a 15 % das necessidades de enchimento, consoante as necessidades nacionais, e aceleração das negociações com parceiros fiáveis a fim de procurar parcerias mutuamente benéficas, explorando o peso coletivo de mercado da União e tirando pleno partido da Plataforma Energética da UE, que está também aberta aos Balcãs Ocidentais e aos três países associados da Parceria Oriental; ou um quadro temporário da UE destinado a limitar o preço do gás utilizado para a produção de eletricidade, incluindo uma análise custo-benefício, sem alterar a ordem de mérito, evitando o aumento do consumo de gás, tendo em conta os impactos financeiro e distributivo e o seu impacto nos fluxos para além das fronteiras da UE.

Comissão Europeia adota o seu programa de trabalho para 2023

A Comissão Europeia <u>adotou</u> o seu <u>programa de trabalho para 2023</u>, no qual define uma ambiciosa agenda que visa dar resposta às crises que, neste momento, afetam a vida quotidiana dos europeus, bem como reforçar os esforços para realizar as transformações ecológicas e digitais em curso e tornar a União Europeia mais resiliente.

Nesta perspetiva, a Comissão pretende prestar apoio às pessoas e às empresas, seja reduzindo os preços da energia, garantindo o aprovisionamento dos bens essenciais para a nossa competitividade industrial e segurança alimentar ou reforçando a economia social de mercado. O programa de trabalho prevê 43 novas iniciativas estratégicas associadas aos seis principais objetivos definidos nas <u>orientações políticas</u> da presidente von der Leyen e que se baseiam no seu <u>discurso sobre o estado da União de 2022</u> e na sua <u>carta de intenções</u>.

A Comissão adota anualmente um programa de trabalho no qual define as medidas que irá adotar no ano seguinte. O programa de trabalho informa o público e os colegisladores sobre os compromissos políticos assumidos no sentido de apresentar novas iniciativas, retirar propostas pendentes e reexaminar os atos legislativos em vigor. Não abrange o trabalho levado a cabo pela Comissão no exercício das suas funções enquanto guardiã dos Tratados em matéria de aplicação da legislação em vigor ou das iniciativas periódicas que adota anualmente. O programa de trabalho da Comissão para 2023 é o resultado de uma cooperação estreita com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e os órgãos consultivos da UE.

Principais resultados do Conselho dos Assuntos Gerais

O Conselho <u>procedeu</u> a uma troca de opiniões sobre o projeto de conclusões da reunião do Conselho Europeu de 20 e 21 de outubro. Na sequência dos debates informais realizados em Praga em 7 de outubro, os dirigentes da UE reuniram-se em Bruxelas para debater uma série de questões prementes. Debruçaram-se sobre os mais recentes acontecimentos relacionados com a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e sobre a continuação do apoio da UE à Ucrânia. Os dirigentes da UE avaliaram também a situação dos preços da energia e a segurança do aprovisionamento, incluindo as medidas de otimização do mercado e os progressos em matéria de redução da procura.

Os ministros debateram o seguimento dado à Conferência sobre o Futuro da Europa. Estão em curso trabalhos no Conselho para assegurar um acompanhamento eficaz dos resultados da Conferência, nomeadamente com base numa avaliação técnica preliminar abrangente das 49 propostas da conferência e das suas 326 medidas conexas. O último balanço desse acompanhamento tinha sido feito pelos ministros na sua reunião de setembro. Além disso, o Conselho recebeu do Parlamento Europeu propostas sobre duas alterações específicas aos Tratados nos termos do artigo 48.º, n.º 2, do TUE. Os ministros debateram o calendário para a sua apresentação ao Conselho Europeu e para a notificação dos parlamentos nacionais.

Os ministros debateram igualmente a organização do evento de retorno de informação da Conferência, que constituirá uma ocasião importante para informar os cidadãos sobre o seguimento que as três instituições estão a dar aos resultados da Conferência.



Juventude e Educação

Relatório de peritos identifica abordagens promissoras sobre a melhor forma de investir na educação e formação

A Comissão Europeia <u>publicou</u> o relatório final do grupo de peritos sobre o investimento de qualidade na educação e formação, intitulado «<u>Investir no nosso futuro: um investimento de qualidade na educação e formação</u>». O relatório de peritos analisa a melhor forma de investir os fundos públicos em quatro categorias principais de despesa com a educação e formação na UE: os professores e formadores, as infraestruturas educativas, a aprendizagem digital e a equidade e inclusão.

O grupo de peritos identifica práticas promissoras de educação e formação nos contextos nacionais, que podem servir de inspiração para os governos e as instituições educativas em toda a UE. Tal inclui iniciativas para reduzir o stress relacionado com o trabalho dos professores, promover o seu bem-estar e melhorar as suas competências digitais pedagógicas; programas de ensino individual e de tutoria pelos pares; programas de construção e renovação de escolas para melhorar a qualidade das instalações; e promoção de uma educação pré-escolar de qualidade. Estas práticas e reformas das políticas educativas nacionais são partilhadas regularmente no âmbito do quadro estratégico do Espaço Europeu da Educação através dos grupos de trabalho do EEE, para inspirar mudanças positivas em toda a União Europeia.

As conclusões sublinham igualmente a importância de avaliar as políticas educativas em cada país, o que, por sua vez, poderá orientar as futuras decisões de investimento em benefício dos alunos, dos professores e de toda a comunidade educativa. Embora os sistemas de educação e formação variem de país para país, os Estados-Membros da UE enfrentam desafios comuns em matéria de educação e formação. Num momento em que a UE canaliza <u>um financiamento sem precedentes</u> para a educação e formação, o relatório salienta igualmente os desafios a superar para melhorar a eficiência e a eficácia das despesas e para os quais poderão ser benéficas abordagens comuns.



Mar e pescas

Mar Báltico: Conselho chega a acordo quanto aos limites de captura para 2023

Na reunião do Conselho de Agricultura e Pescas desta semana, os ministros <u>chegaram</u> a um acordo político sobre o total admissível de capturas (TAC) e quotas para os recursos haliêuticos no Mar Báltico no próximo ano. Este acordo estabelece as quantidades que cada Estado-Membro será autorizado a capturar para cada espécie no Mar Báltico em 2023. O acordo está em conformidade com o parecer científico fornecido pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM) e estabelece ainda as condições para os navios de pesca que operam na região.

No âmbito do artigo 43.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), o Conselho é responsável pela fixação e atribuição das possibilidades de pesca, com base numa proposta da Comissão e sem necessidade de consultar o Parlamento Europeu.





Mobilidade e Transportes

A União Europeia e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) <u>assinaram</u> um <u>acordo geral</u> de transporte aéreo que alargará o leque de oportunidades de transporte aéreo e reforçará a conectividade direta entre as duas regiões, atualizando simultaneamente as regras e as normas aplicáveis aos voos em causa. O acordo será imediatamente aplicável. Ao estabelecer parâmetros de referência globais que vinculam todos os 37 países que compõem ambas as regiões a uma concorrência leal e à melhoria das condições sociais e ambientais, trata-se do mais recente exemplo de uma nova geração de acordos internacionais de transporte aéreo. A assinatura implica novas oportunidades para os consumidores, as companhias aéreas e os aeroportos, tanto na Europa como nos países da ASEAN.

Em 2016, a Comissão obteve autorização do Conselho para negociar um acordo de aviação a nível da UE com a ASEAN. As negociações foram concluídas em junho de 2021. A UE assinou acordos gerais de transporte aéreo semelhantes com outros países parceiros, nomeadamente os Estados Unidos, o Canadá, o Qatar, os Balcãs Ocidentais, Marrocos, a Geórgia, a Jordânia, a Moldávia, Israel, a Ucrânia e a Arménia.

Segurança rodoviária: menos vítimas mortais na estrada em 2021 do que antes da pandemia, mas são necessários mais progressos para atingir objetivo para 2030

Estima-se que, no ano passado, <u>tenham</u> morrido 19 900 pessoas nas estradas da UE, de acordo com os valores finais relativos ao número de vítimas mortais em 2021, publicados pela Comissão Europeia. Este valor representa um aumento de 6 % em relação a 2020. No entanto, a tendência atual continua a ser inferior aos níveis anteriores à pandemia. No âmbito da sua estratégia <u>«Visão Zero»</u>, a Comissão está a trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros numa abordagem holística do sistema de segurança.

As estações de carregamento de veículos devem estar disponíveis a cada 60 quilómetros

Na quarta-feira, o Parlamento Europeu <u>adotou</u> a sua posição negocial sobre as regras relativas à instalação de estações de carregamento e combustíveis alternativos (tais como eletricidade ou hidrogénio) para automóveis, camiões, comboios e aviões, que visam acelerar a adoção de veículos sustentáveis. As novas regras fazem parte do pacote legislativo "Objetivo 55", que é o plano de ação da UE para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Os eurodeputados concordaram em estabelecer objetivos mínimos nacionais obrigatórios para a implantação de infraestruturas de combustível alternativo. Os Estados-Membros terão de apresentar a sua estratégia até 2024 para especificar como tencionam atingir estes objetivos. De acordo com o texto adotado, até 2026, deverá ser criada uma estação de carga elétrica para automóveis a cada 60 quilómetros ao longo das principais estradas da UE.



Orcamento da UE

Frontex: Eurodeputados rejeitam quitação orçamental para 2020

Os eurodeputados <u>recusaram-se</u> a dar quitação aos orçamentos para 2020 da Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira e do Conselho, e deram quitação ao Comité Económico e Social Europeu. 345 eurodeputados votaram a favor da recomendação da Comissão de Controlo Orçamental para recusar a concessão de quitação à Frontex, 284 votaram contra a recomendação e 8 abstiveram-se.

Os eurodeputados criticam a "extensão das faltas graves" do anterior Diretor Executivo da Agência, que se demitiu a 28 de abril na sequência da publicação de um relatório do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF). A Agência não conseguiu proteger os direitos fundamentais dos migrantes e dos requerentes de asilo e terá estado envolvida na repulsão ilegal de pelo menos 957 refugiados entre março de 2020 e setembro de 2021, diz o Parlamento.

Os eurodeputados estão igualmente chocados com o suicídio de um membro do pessoal da Agência, "relacionado com alegadas práticas de assédio sexual", e notam que foram comunicados 17 casos de assédio sexual no seio da Agência em 2020, 15 dos quais foram encerrados sem qualquer ação.

O Parlamento congratula-se com a nomeação do novo Diretor Executivo interino em julho de 2022, com as medidas corretivas já tomadas ou planeadas e com as mudanças positivas relativas aos direitos fundamentais. Também se congratulam com o novo estilo de gestão da Agência, que se esforça por torná-la um local seguro "onde os colaboradores não tenham medo de falar sobre possíveis infrações". Acrescentaram que os problemas da Agência poderiam ser de natureza estrutural mais profunda, para além das falhas dos indivíduos. Este ponto foi referido por muitos eurodeputados durante o debate plenário sobre a responsabilidade da Frontex pelas violações dos direitos fundamentais nas fronteiras externas da UE. Ao mesmo tempo, muitos outros deputados defenderam a concessão de quitação, apontando as reformas em curso e os progressos feitos no cumprimento de todas as condições solicitadas pelo Parlamento no seu anterior relatório de quitação.

Eurodeputados querem que o orçamento da UE para 2023 se concentre na Ucrânia, energia e pandemia

Os eurodeputados <u>solicitam</u> um orçamento da UE para 2023 que aborde mais eficazmente as consequências da guerra na Ucrânia e o processo de recuperação pandémica. O Parlamento votou na quarta-feira a sua posição sobre o orçamento da UE para 2023. Os eurodeputados inverteram quase todos os cortes feitos pelo Conselho (mais de 1,6 mil milhões de euros) e assim restabeleceram o projeto de orçamento ao nível inicialmente proposto pela Comissão nas rubricas orçamentais em questão.

Além disso, os eurodeputados aumentaram o financiamento para as seguintes prioridades: com um total de 853 milhões de euros adicionados ao projeto de orçamento da Comissão, os deputados europeus reforçaram o financiamento de iniciativas que apoiam jovens refugiados através do Erasmus+, o Corpo Europeu de Solidariedade, investigadores ucranianos através de ações como a Marie Curie no âmbito do Horizonte Europa; com mais 533 milhões de euros, os eurodeputados querem aumentar a independência energética da UE e apoiar os cidadãos e as PME com as suas elevadas faturas de energia, ao mesmo tempo que apoiam a transição verde e a biodiversidade.

Os eurodeputados restabeleceram os 200 milhões de euros cortados pelo Conselho ao programa EU4Health e acrescentaram 25 milhões de euros, uma vez que a pandemia COVID-19 ainda não terminou, resultando na necessidade de apoiar os sistemas nacionais de saúde para se tornarem mais resilientes.



Saúde

EMA recomenda a aprovação das vacinas Comirnaty e Spikevax COVID-19 para crianças a partir dos 6 meses de idade

O comité de medicamentos humanos da EMA (CHMP) <u>recomendou</u> alargar o uso das vacinas Comirnaty e Spikevax na vacinação contra a variante original do SARS-CoV-2. O Comité recomendou a inclusão do uso de Comirnaty em crianças de 6 meses a 4 anos e o uso de Spikevax em crianças de 6 meses a 5 anos. As vacinas Comirnaty e Spikevax já estão aprovados, respetivamente, em adultos e crianças de 5 e 6 anos.

Ébola: UE atribui um financiamento de emergência de 3 milhões de euros ao Uganda

Na sequência do surto de Ébola no Uganda, declarado em setembro de 2022, a UE mobilizou mais fundos de emergência de 3 milhões de euros para apoiar a resposta ao surto. Parte deste financiamento (1,5 milhões de euros) irá apoiar a Organização Mundial de Saúde nas suas atividades de coordenação e vigilância, enterros seguros e dignos, bem como logística e acompanhamento e cuidados a prestar aos sobreviventes. Um milhão de euros será atribuído à UNICEF para abordar a prevenção e controlo das infeções, bem como a comunicação dos riscos e o envolvimento da comunidade; enquanto 500 mil euros serão atribuídos ao Comité Internacional de Salvamento para a preparação e prevenção e controlo das infeções nos assentamentos de refugiados mais expostos.

Haiti: UE liberta 1 milhão de euros para combater a epidemia de cólera

Após mais de três anos sem um caso relatado de cólera, o Haiti <u>enfrenta</u> um regresso rápido e dramático da doença, numa altura em que a situação humanitária já é muito aguda em termos de insegurança alimentar e necessidades de proteção ligadas à violência dos bandos. Após um surto de cólera ter sido reconhecido pelas autoridades nacionais no início deste mês, o que foi confirmado por números alarmantes de infeções na semana passada, a União Europeia está a atribuir 1 milhão de euros em fundos de emergência para fornecer intervenções sanitárias vitais no país.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Relações UE-Austrália: acordo-quadro entra em vigor

O <u>acordo-quadro</u> entre a UE e a Austrália <u>entrou</u> oficialmente em vigor no dia 21 de outubro de 2022, marcando uma nova fase na relação bilateral. Este acordo histórico consolida a parceria estratégica entre a UE e a Austrália e incentiva ligações mais estreitas entre os líderes, as empresas e a sociedade civil.

É importante ressaltar que o acordo orientará a futura cooperação entre ambas as partes e permitirá que elas enfrentem os desafios aos níveis bilateral, regional e global. O objetivo do acordo-quadro é fortalecer a cooperação numa ampla gama de áreas políticas, a saber: política externa e segurança; desenvolvimento global e ajuda humanitária; questões económicas e comerciais; justiça e cooperação jurídica; investigação, inovação e sociedade da informação; educação e cultura; desenvolvimento sustentável, energia e transporte; pescas e assuntos marítimos e saúde.

Comissão desembolsa mais 2 mil milhões de euros em assistência macrofinanceira excecional à Ucrânia

A Comissão Europeia <u>desembolsou</u> uma primeira parcela de 2 mil milhões de euros ao abrigo da operação de assistência macrofinanceira (AMF) excecional de 5 mil milhões de euros para a Ucrânia. Esta faz parte de um pacote de assistência macrofinanceira de até 9 mil milhões de euros, anunciado na Comunicação da Comissão de 18 de maio sobre a Assistência e Reconstrução da Ucrânia e aprovado pelo Conselho Europeu de 23-24 de junho de 2022. Faz parte do extraordinário esforço da UE,

juntamente com a comunidade internacional, para ajudar a Ucrânia a fazer face às suas necessidades financeiras imediatas na seguência da agressão não provocada e injustificada da Rússia.

A Comissão já desembolsou os primeiros mil milhões de euros deste pacote excecional de AMF em 1 e 2 de agosto de 2022. Isto seguiu-se a um anterior empréstimo de emergência da AMF de 1,2 mil milhões de euros pago à Ucrânia no primeiro semestre deste ano. Com o pagamento em causa, o apoio total da AMF desembolsado à Ucrânia desde o ataque russo de 24 de fevereiro atingiu 4,2 mil milhões de euros.

Ucrânia: UE lança programa de abrigos para o inverno e aumenta ajuda humanitária em 175 milhões de euros

A Comissão Europeia anunciou um novo programa de abrigos de emergência e instalações para o inverno para a Ucrânia, enquanto a guerra da Rússia continua a destruir a infraestrutura civil. Além disso, a Comissão fornecerá 175 milhões de euros adicionais em ajuda humanitária para apoiar os mais necessitados na Ucrânia e na Moldávia.

Burkina Faso: deputados apelam ao regresso imediato à ordem constitucional

Numa resolução aprovada na quinta-feira, os eurodeputados condenam o golpe militar no Burkina Faso e expressam a sua preocupação com alegadas violações dos direitos humanos. O golpe militar de 30 de setembro, o segundo num ano, compromete o regresso gradual à ordem constitucional, dizem os deputados europeus, que apelam ao regresso imediato de um governo civil.

Exortam o próximo governo a respeitar o calendário para a realização de eleições inclusivas e transparentes até 1 de julho de 2024. Profundamente preocupados com as contínuas alegações de violações dos direitos humanos, os deputados europeus exortam o próximo governo a permitir que todas as pessoas, incluindo os grupos minoritários, exerçam os seus direitos civis e políticos.



Tecnologia e informática

Infraestruturas Críticas: Comissão acelera os trabalhos para a construção da resiliência europeia

A Comissão Europeia está a propor o reforço da resiliência das infraestruturas críticas da UE. A proposta de Recomendação do Conselho baseia-se no plano de 5 pontos para infraestruturas críticas resilientes apresentado pela presidente von der Leyen no Parlamento Europeu a 5 de outubro.

As infraestruturas críticas europeias estão mais interligadas e interdependentes, o que as torna mais fortes e mais eficientes, mas também mais vulneráveis em caso de incidente. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia trouxe novos riscos, físicos e ciberataques, muitas vezes combinados como uma ameaça híbrida. A sabotagem dos gasodutos Nord Stream e outros incidentes recentes tornaram claro que a resiliência das infraestruturas críticas da UE está ameaçada. É urgente tomar medidas para reforçar a capacidade da UE para se proteger contra-ataques a infraestruturas críticas, tanto na UE como na sua vizinhança direta.

Como parte fundamental do trabalho da UE para construir uma União de Segurança, a Comissão propôs já em 2020 regras atualizadas para aumentar a resiliência das infraestruturas críticas. Com a Diretiva recentemente acordada sobre a resiliência das infraestruturas críticas (Diretiva CER) e a Diretiva revista sobre a segurança das redes e do sistema de informação (Diretiva NIS2), a UE terá em breve um quadro jurídico atualizado e abrangente para reforçar tanto a resiliência física como cibernética das infraestruturas críticas. No entanto, tendo em conta o panorama de ameaças em rápida evolução, a aplicação das novas regras tem de ser acelerada.

Conclusões do Conselho sobre a segurança da cadeia de abastecimento das TIC

Dada a crescente importância da geopolítica para a cibersegurança, o Conselho sublinha que a União Europeia e os seus Estados-Membros têm de abordar a cibersegurança de forma abrangente e estratégica. A agressão militar da Rússia contra a Ucrânia provocou uma mudança de fundo no ambiente estratégico e de segurança da União Europeia e veio demonstrar a necessidade de uma União Europeia mais forte e mais capaz no domínio da segurança e defesa. Salientou que é da maior importância ter devidamente em conta o contexto geopolítico, não só na resposta a ciberatividades mal-intencionadas, mas também no desenvolvimento e na manutenção da resiliência das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Isto é especialmente importante para as cadeias de abastecimento de produtos e serviços de TIC (cadeias de abastecimento das TIC), que podem ser comprometidas quer por rivalidade geopolítica, como foi o caso do ataque SolarWinds, quer afetadas por tensões e instabilidade geopolíticas, como o demonstrou a ameaça relacionada com a dependência de fornecedores de TIC russos aquando da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia.

O Conselho reafirma a importância de os Estados-Membros ponderarem a necessidade de diversificar os fornecedores de TIC críticas, a fim de evitar ou limitar a criação de uma grande dependência de um único fornecedor, especialmente fornecedores de alto risco, uma vez que isso aumenta a exposição às consequências de potenciais perturbações. Reconhece que o facto de evitar a vinculação a um fornecedor e diversificar os fornecedores de TIC constitui uma das componentes importantes para garantir a estabilidade e a segurança do mercado interno.



Comissão lança novo painel de avaliação para ajudar as autoridades públicas e os destinos turísticos a melhorar a sua oferta

A Comissão Europeia lançou o Painel de Avaliação do Turismo da UE, um novo instrumento para ajudar os decisores políticos a nível nacional e regional a orientar as políticas e estratégias no setor do turismo. O seu objetivo é melhorar o acesso a estatísticas e indicadores relevantes para o turismo, em particular ajudando os destinos e as autoridades públicas a monitorizar o seu progresso na transição ecológica e digital. Utilizando um conjunto de indicadores consistentes e baseados em provas, os decisores políticos e gestores serão capazes de reconhecer vulnerabilidades no setor, tais como elevada sazonalidade ou forte dependência de visitantes de apenas algumas origens geográficas, e de identificar as principais vantagens do mercado, tais como excelente qualidade das águas balneares ou diversidade de ofertas turísticas. O Painel de Avaliação do Turismo da UE foi desenvolvido com o apoio do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia, que será responsável pela manutenção e desenvolvimento contínuo da ferramenta.

O Painel de Avaliação responde a um <u>pedido</u> dos Estados-Membros de maio de 2021, e será desenvolvido e alargado em colaboração com os peritos dos Estados-Membros. O Painel de Avaliação do Turismo da UE será gradualmente disponibilizado em todas as línguas oficiais da UE. A iniciativa contribui para a <u>Via de Transição do Turismo</u> publicada em fevereiro de 2022, que foi criada em colaboração com os intervenientes públicos e privados no turismo da UE.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2022 e 2023.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No <u>EU Careers</u> encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das <u>instituições europeias</u>! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no <u>#EUandMe</u>! Oportunidades: <u>Agência da União Europeia para a Cibersegurança</u>.



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O <u>Portal Europeu da Mobilidade Profissional</u> publicou um artigo onde explica os <u>seis passos</u> para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No Trusted Jobs encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!





Estágios

Nesta página dedicada poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O EuroBrussels é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe aqui.



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura aqui.



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas aqui.



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique aqui as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.





🔐 🖭 Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a ferramenta de procura de vagas da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura aqui.





O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na base de dados dedicada deste instituto.



🌃 Corpo Europeu de Solidariedade

O Corpo Europeu de Solidariedade é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em projetos, no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições aqui.



Acorianos no Mundo

"Açorianos no Mundo" é uma plataforma online, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se aqui.



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: Casa Portuguesa, Lusoloja e Mercado Português.



Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: <u>Bxl à Louer - de bouche à oreille (II), BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer, Colocation Bruxelles, Immoweb, e Logic-immo. E muito mais: Xpatris.</u>

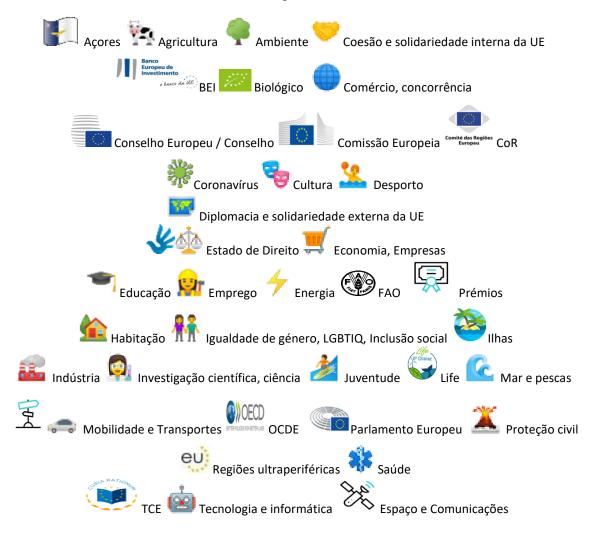
O <u>Gabinete dos Açores em Bruxelas</u> tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. <u>Contacte-nos!</u>



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. Legenda: Título da notícia a vermelho, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, título da notícia a verde; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, título da notícia em cor-de-laranja. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial | AESA - Agência da UE para a Segurança Aérea | BCE - Banco Central Europeu | BEI – Banco Europeu de Investimento | CE – Comissão Europeia | CEO – Chief Executive Officer | CESE – Comité Económico <u>e Social Europeu | CoR- Comité das Regiões | CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa | CRPM – Conferência das Regiões</u> Periféricas Marítimas | EBA - Autoridade Bancária Europeia | EBCD - European Bureau for Conservation and Development | EEE -Espaço Económico Europeu | EIT - Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia | EMA – Agência Médica Europeia | EMB – European Marine Board | EMSA – Agência Europeia de Segurança Marítima | ERC – Conselho Europeu de Investigação | ESA – Agência Espacial Europeia | EUA - Estados Unidos da América do Norte | FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural | FEAGA -Fundo Europeu Agrícola de Garantia | FEI - Fundo Europeu de Investimento | FEIE - Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos | GEE - Gases com Efeito de Estufa | GPS - Sistema de Posicionamento Global dos EUA | IA - Inteligência Artificial | ICCAT - Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico | IMO - Organização Marítima Internacional | JRC - Centro de Pesquisa Conjunto da CE | OCM - Organização Comum dos Mercados Agrícolas | ODS - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU | OMC - Organização Mundial do Comércio | OMS - Organização Mundial de Saúde | ONU - Organização das Nações Unidas PAC - Política Agrícola Comum da UE | PE - Parlamento Europeu | PES - Partido Socialista Europeu | PME - Pequenas e médias empresas | PPE - Partido Popular Europeu e PPE no PE | Q&A - Perguntas e Respostas | QFP - Quadro Financeiro Plurianual da EU | RIS - Regional Innovation Scoreboard | RUP - Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas (inclui o PES no PE) | UE – União Europeia | TCE – Tribunal de Contas Europeu | TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE | TJUE – Tribunal de Justiça da UE |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se sugestões!



Quero receber este boletim (envie-nos o seu email) – Quero deixar de receber este boletim

Conheça a nossa Política de Privacidade - PT e EN

Consulte os números anteriores

Saiba mais sobre o Gabinete dos Açores em Bruxelas

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | @AzoresEUoffice | Google Maps

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!